



**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO  
ENTRE O  
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA  
E O  
INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS**



Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

O Município do Albufeira, carece de informação cadastral para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito da gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão exploração de infra-estruturas urbanas;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado Arménio Castanheira, na qualidade de Presidente e o Município de Albufeira, com sede na Praça do Município, 8200-863 Albufeira, representado por Desidério Jorge da Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:



## **Cláusula 1ª**

### **Objecto**

O presente Protocolo tem por objecto definir e regular a cooperação a estabelecer entre o Município de Albufeira e o IGP, no que respeita à **informatização dos elementos cadastrais gráficos resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica do concelho de Albufeira**. A informação produzida tem em vista a integração dos dados produzidos num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização pelo município.

## **Cláusula 2ª**

### **Constituição de Grupo de Trabalho**

O IGP e o Município de Albufeira comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo.

## **Cláusula 3ª**

### **Acções e Responsabilidades**

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo descritas:



### **1. Obrigações do IGP**

- a) Disponibilizar ao Município de Albufeira as secções *rasterizadas* e geo-referenciadas, no sistema Hayford-Gauss, Datum Lisboa, com origem das coordenadas no Ponto Central, referentes ao cadastro geométrico da propriedade rústica do Município de Albufeira;
- b) Fornecer apoio técnico e formação aos técnicos do Município de Albufeira;
- c) Fornecer ao Município de Albufeira o gráfico de ligação (plantas de enquadramento) das secções cadastrais;
- d) Verificar, por amostragem estatística, a informação resultante da digitalização dos elementos gráficos.

### **2. Obrigações do Município de Albufeira**

Fornecer ao IGP toda a informação referente ao Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica em formato vectorial do Município de Albufeira.

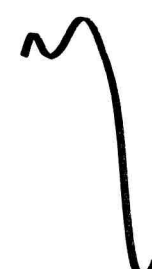
### **3. Obrigações Comuns**

Quaisquer trabalhos que venham a ser realizados tendentes à produção, ou conservação de cadastro ou referência geográfica da propriedade serão reciprocamente cedidos, a título gratuito, entre as partes signatárias.



#### **Cláusula 4ª**

##### **Gratuidade de dados**



A transferência de informação cadastral referida na Cláusula 3ª entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP**

1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem nomeadamente ser utilizados para finalidades distintas, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
2. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Alteração ou revisão do Protocolo**

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.

2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

### **Cláusula 7ª**

#### **Vigência**

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

### **Cláusula 8ª**

#### **Resolução**

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

**Cláusula 9ª**  
**Interpretação**

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

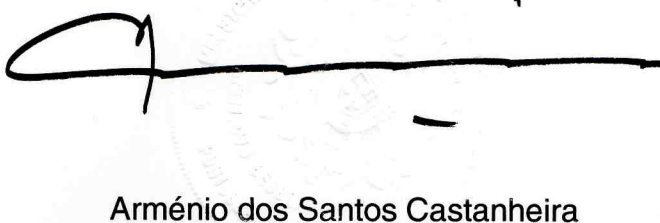
Albufeira, 05 de Janeiro de 2006.

Pela Câmara Municipal de Albufeira

Pelo IGP



Desidério Jorge da Silva



Arménio dos Santos Castanheira